

A UNIÃO EUROPEIA E O ALARGAMENTO DE SUAS FRONTEIRAS: UMA VISÃO HISTÓRICA E ESTRATÉGICA

ODAIR GOMES SALLES

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)

odairgomessalles@gmail.com

DERLY JARDIM DO AMARAL

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

dj.amaral@uol.com.br

FRANCISCO AMÉRICO CASSANO

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

famcassano@uol.com.br

Introdução

Ao final da Segunda Guerra Mundial parte da Europa encontrava-se destruída e com a árdua tarefa de reconstruir a sociedade. Começava então a “guerra fria” e vários países iniciaram processos de aproximação e acordos de cooperação mútua, originando a atual União Europeia. Em 2004, se intensificou o processo de alargamento de fronteiras e ocorreu a adesão formal de dez países, com destaque para Estônia, Letônia e Lituânia, independentes da extinta União Soviética.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O objetivo do estudo é demonstrar o processo do desenvolvimento da União Europeia (UE), na qual países da extinta União Soviética estão integrados. O que mudou desde então? Dez anos depois, os países bálticos que aderiram à União Europeia estão em melhores condições que as de antes da associação ao Bloco? Quais são as perspectivas dos países que almejam a adesão à UE como membros? O estudo se justifica pela importância de se conhecer o contexto mundial das relações internacionais como um todo.

Fundamentação Teórica

A integração econômica e política da Europa constitui um processo contínuo, que combina aprofundamento interno e sucessivas ampliações. Estes sucessivos alargamentos são vistos como instrumento eficaz de política externa, promovendo exportação do modelo de governança e atuando como força estabilizadora de longo prazo. A intensa concorrência global forçou a redução dos custos de produção, deslocando as manufaturas para locais de baixo custo de mão de obra como China, México e Leste Europeu.

Metodologia

A própria natureza deste estudo pressupõe uma pesquisa bibliográfica que se desenvolverá em buscas na internet pelas principais agências internacionais de notícias e em registros históricos, principalmente no site oficial da União Europeia, que possui extensa documentação relativa a cada um de seus países membros, ao longo dos anos.

Análise dos Resultados

O alargamento das fronteiras na União Europeia teve componente estratégico relacionado com os efeitos da globalização. Com isso a produção europeia amenizou a competitividade de países emergentes e garantiu a continuidade da produção local, mesmo com o deslocamento de postos de trabalho para os países integrados mais recentemente. Entretanto, os resultados obtidos refletiram a influência da crise econômica de 2008, provocando considerável recessão internacional.

Conclusão

A análise dos países bálticos que aderiram à UE em 2004 permitiu concluir pelas vantagens da colaboração recíproca entre os participantes do bloco econômico. Não somente as pesquisas de opinião feitas pela Comissão Europeia, mas indicadores econômicos puderam corroborar a hipótese de que a adesão foi uma decisão acertada. Um aprofundamento, com dados da economia local de cada um dos países, inclusive com o detalhamento do seu comércio exterior, poderia enriquecer ainda mais o presente estudo.

Referências Bibliográficas

- FIGUEIREDO, João A. R. Gomes. “Dinâmicas da Política Externa Russa: as relações com a União Europeia nos mandatos de Putin e Medvedev”, Univ. de Coimbra, Portugal, 2012.
- GOMES, A. Soares. “O segundo alargamento da União Europeia (1981): Grécia”. 2009.
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. “Economia Internacional: teoria e política”. Pearson P. Hall, São Paulo, 2010.
- MIELNICZUK, Fabiano. “Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS”. Contexto Internacional, v. 28, nº1, RJ, 2006.

ÁREA TEMÁTICA: ESTRATÉGIA EM ORGANIZAÇÕES – 5. Estratégia Internacional e Globalização

A UNIÃO EUROPEIA E O ALARGAMENTO DE SUAS FRONTEIRAS: UMA VISÃO HISTÓRICA E ESTRATÉGICA

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2014, a Humanidade recorda com tristeza o centenário de eclosão do primeiro conflito global entre países. Em junho de 1914, foi deflagrada a Primeira Guerra Mundial, com um número estimado de 10 milhões de vítimas fatais. Nestes últimos cem anos arriscam dizer que as alterações no cenário político, econômico, cultural e social de todas as nações do planeta se deram em uma dimensão jamais imaginada em toda a História. Composições entre governos, acordos multilaterais (militares e comerciais), a grande depressão econômica de 1929, uma segunda guerra mundial, o crescimento assombroso da população, tudo ocorrendo em uma velocidade inaudita, formam um panorama histórico de extremo interesse.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, boa parte da Europa encontrava-se destruída e se defrontava com a desafiadora tarefa de reconstruir toda a sociedade. Começava então a chamada “*guerra fria*”, com o temor do avanço do comunismo soviético em direção ao Ocidente. Vários países deram início a processos de aproximação entre si para formalizarem acordos de cooperação mútua, nas áreas de defesa, economia e cultura. Tais acordos deram origem ao que hoje conhecemos como a União Europeia (UE), que se constitui atualmente num poderoso bloco político-econômico, formado por 28 (vinte e oito) países, e que continua em um processo de alargamento de suas fronteiras, com regras definidas e claras para os seus Estados-membros e candidatos à adesão àquela parceria continental.

O trabalho pretende demonstrar em particular o processo do desenvolvimento dessa História da Humanidade, em que alguns países da extinta União Soviética aproximaram-se da Europa e outros daqueles países caminham hoje na direção desta aproximação. O que mudou desde então? Dez anos depois, os países bálticos que aderiram à União Europeia estão em melhores condições que as de antes da associação ao Bloco? Quais são as perspectivas dos países que almejam a adesão à UE como Estados membros?

O estudo se justifica pela importância de se conhecer o contexto mundial das relações internacionais como um todo, uma vez que o problema da pesquisa é uma pequena parte do que ocorre de certa forma em todo o planeta. Todas as organizações internacionais que serão mencionadas no trabalho estão intimamente interconectadas por questões que se sobrepõem, de um jeito ou de outro.

A própria natureza deste trabalho pressupõe uma pesquisa bibliográfica que se irá desenvolver em buscas na internet pelas principais agências internacionais de notícias e em registros históricos, principalmente no site oficial da União Europeia, que possui extensa documentação relativa a cada um de seus países membros, ao longo dos anos.

Apresenta-se um breve histórico da União Europeia, mencionando os principais Tratados assinados entre países desde o final da Segunda Grande Guerra. A seguir, descreve-se o processo de alargamento das fronteiras da UE, com a progressiva adesão de novos Estados-Membros. Passando então a mencionar com mais detalhes a grande adesão formal, ocorrida em 2004, dos 10 (dez) novos países, todos oriundos do Leste europeu. Neste ponto, inicia-se discutir o problema da pesquisa propriamente dito, que é a evolução observada, desde aquela adesão, nos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), há pouco mais de vinte anos tornadas independente da extinta União Soviética.

2. BREVE HISTÓRICO DA UNIÃO EUROPÉIA

Muitos movimentos políticos entre países ocorreram depois da Segunda Guerra Mundial, e mesmo durante esse conflito, que resultaram em acordos internacionais com vistas no futuro convívio entre as nações. Antes mesmo do final da Guerra, os chamados “*três grandes*” (Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido) já se reuniam para decidir a partilha resultante da aguardada derrota dos vencidos. As conferências de Teerã (novembro de 1943), de Yalta (fevereiro de 1945) e de Potsdam (julho-agosto de 1945) iriam decidir o final do conflito mundial e estabeleceriam as bases para reconstrução política e econômica da Europa. O mais significativo desses movimentos políticos entre países ocorreu em julho de 1944, em Bretton Woods – New Hampshire/EUA, que resultou na criação do Fundo Monetário Internacional – FMI (com a finalidade de suprir divisas aos países membros, para superar eventuais desequilíbrios em suas reservas externas) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (mais conhecido como Banco Mundial), com a finalidade de promover a reconstrução de países vitimados por guerras, calamidades públicas e catástrofes da natureza, bem como – a partir de 1968 – de financiar projetos voltados para o saneamento básico, infraestrutura de transportes e geração de energia, em países menos desenvolvidos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Depois da vitória dos aliados e do reordenamento das fronteiras na Europa, foi ficando cada vez mais desgastada a relação entre os Estados Unidos e a União Soviética, em função de profundas diferenças ideológicas existentes entre o capitalismo e o socialismo, tanto no plano econômico quanto no político ou militar. Para reforçar suas posições, o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, anunciou em junho de 1947 o lançamento do conhecido Plano Marshall, uma substancial ajuda financeira a juros baixos para auxiliar diretamente a recuperação econômica dos países europeus devastados pela guerra. Tais recursos estariam disponíveis inclusive para a URSS, se ela assim o quisesse. Entretanto, o líder soviético Joseph Stalin não apenas rejeitou qualquer ajuda americana como proibiu que qualquer um dos países ocupados a aceitasse. Começava assim a denominada “*Guerra Fria*” entre as duas superpotências mundiais, EUA e URSS.

Do mesmo acordo de Bretton Woods surgiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT (sigla em inglês, mais utilizada), que a partir de 1947 atuou como agente para a redução das barreiras comerciais entre os países signatários e que impulsionou os países a buscarem maior integração econômica (blocos) para essa finalidade (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Em meio àquele clima hostil, foi assinado em Washington, no dia 4 de abril 1949, o Tratado do Atlântico Norte, uma aliança militar entre países ocidentais e capitalistas com o objetivo principal de inibir o avanço do bloco socialista no continente europeu. Foram signatários os dois países da América do Norte (EUA e Canadá), juntamente com mais dez países da Europa: França, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Islândia, Itália, Noruega e Portugal. O acordo deu origem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Diante do novo contexto internacional, especialmente depois da fragmentação do bloco soviético, a OTAN teve que se adaptar à nova realidade das relações internacionais (FERREIRA, 2004; GASPAR, 2002; PEREIRA, 2010).

O site oficial da NATO (sigla em inglês para a OTAN) considera, em sua página inicial:

Costuma-se dizer que a OTAN foi fundada em resposta à ameaça representada pela União Soviética. Isto é apenas parcialmente verdadeiro. Na verdade, a sua criação era parte de um esforço mais amplo para servir a três propósitos: impedir o expansionismo soviético, proibir o renascimento do militarismo nacionalista na Europa, através de uma forte presença norte-americana no continente, e incentivar a integração política europeia.¹

¹ Disponível em <http://www.nato.int/history/index.html>

No plano econômico, um ano antes da formação da OTAN, já se iniciavam as tratativas entre alguns países europeus para a cooperação mútua, com a entrada em vigor, no dia 1 de janeiro de 1948, da Convenção Aduaneira entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo (grupo de países denominado posteriormente de Benelux). Logo depois, no dia 17 de março daquele mesmo ano, foi assinado o importante Tratado de Bruxelas, entre França, Reino Unido e os mesmos países do Benelux. Segundo CUTILEIRO (2008), a própria criação da OTAN:

“é consequência, oblíqua talvez, mas de importância crucial, do Tratado de Bruxelas de 1948, quer enquanto instrumento de defesa euro-atlântica, para o que der e vier, quer enquanto ferramenta de gestão de crises nalguns dos cantos problemáticos do globo – Kosovo e Afeganistão são os dois teatros de operações mais conhecidos”.

Não se limitando apenas aos propósitos militares de defesa e segurança, o Tratado de Bruxelas já explicitava os objetivos de desenvolvimento dos países membros nas áreas comerciais, sociais e de cultura. O Tratado de Bruxelas recebeu modificações a partir de acordos assinados em Paris, na sequência da Conferência de Londres, em outubro de 1954, ocasião em que foi criada a União Europeia Ocidental (UEO), que teve pouca relevância durante sua longa existência. A UEO foi dissolvida e encerrou suas atividades no dia 30 de junho de 2011.

Considerado por muitos como o ponto de partida do que é hoje a União Europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi instituída pelo Tratado de Paris, assinado em abril de 1951 por França, Alemanha, Itália e os três países do Benelux. O Tratado entrou em vigor no dia 23 de julho de 1952 e expirou exatos 50 anos depois, em 2002. Escreve CUTILEIRO (2008), a esse respeito:

“o que começara como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço transformara-se num processo mais ambicioso de cooperação econômica em muitos domínios: encetara-se a longa e triunfante marcha de aprofundamentos e alargamentos até ao que é hoje a União Europeia.”

No dia 25 de março de 1957, foram assinados pelos países do grupo dos Seis (Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo) os importantes Tratados de Roma, que instituíram a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom). Tendo entrado em vigor em 1 de janeiro de 1958, a CEE estabelecia como principal alteração dos acordos anteriores um aprofundamento da integração europeia para incluir uma ampla cooperação econômica.

Com o objetivo de simplificar e organizar as três instituições europeias já existentes (CECA, CEE e Euratom), foi assinado em Bruxelas pelos mesmos seis países, em 8 de abril de 1965, o Tratado de Fusão, criando um único Conselho e uma única Comissão, entrando em vigor no dia 1 de julho de 1967.

O chamado “Ato Único Europeu” (AUE), assinado em Luxemburgo (17 de fevereiro de 1986) por nove Estados-Membros e, em 28 de Fevereiro de 1986, pela Dinamarca, Itália e Grécia, constituiu a primeira alteração de grande envergadura do Tratado que instituíra a Comunidade Econômica Europeia (CEE). O AUE entrou em vigor no dia 1 de Julho de 1987. Pretendia acelerar a tomada de decisões na preparação do mercado interno e permitiu a transformação do mercado comum num mercado único, a partir de 1 de janeiro de 1993.

O Tratado da União Europeia, outra denominação do “Tratado de Maastricht”, foi assinado em 7 de fevereiro de 1992, na Holanda, para entrada em vigor no dia 1 de novembro do ano seguinte. Esse grande acordo congregou as três Comunidades Europeias (CECA, CEE e Euratom) na então designada “União Europeia”, definindo cooperações políticas institucionalizadas nos domínios da política externa, defesa, polícia e justiça. Como dito anteriormente, o Tratado criou ainda a União Monetária e Econômica, além de instituir novas

políticas comunitárias (cultura, educação, cooperação para o desenvolvimento e coesão) e ampliar as competências do Parlamento Europeu, com procedimentos de co-decisão.

Três importantes tratados foram assinados posteriormente pela Comunidade Europeia, aprofundando e aperfeiçoando as decisões do Tratado de Maastricht. Foram eles: os Tratados de Amsterdã (1997), de Nice (2001) e de Lisboa (2007).

O Tratado de Amsterdã, que entrou em vigor no dia 1 de maio de 1999, permitiu ampliar as competências da União Europeia pela criação de uma política comunitária de emprego, promoveu maior transparência nas tomadas de decisão, introduziu a simplificação e nova numeração dos artigos dos tratados, entre outras medidas para a preparação da chegada de futuros Estados-Membros.

A assinatura do Tratado de Nice visou basicamente solucionar os problemas institucionais pendentes, ligados ao alargamento da composição da União Europeia, com a chegada dos novos membros efetivos. Entrou em vigor no dia 1 de fevereiro de 2003 e tratou da composição da Comissão Europeia, da ponderação dos votos no Conselho e da ampliação dos casos de votação por maioria qualificada. Procurou tornar mais eficaz o sistema jurisdicional.

Por fim, o Tratado de Lisboa, em vigor desde 1 de dezembro de 2009, possibilitou implementar amplas reformas, depois de vários anos de negociações sobre questões institucionais. Teve por objetivo principal tornar a União Europeia mais democrática, mais eficiente e capaz de resolver problemas globais, como as alterações climáticas, com uma só voz. Proporcionou maior poder ao Parlamento Europeu, alterando os procedimentos de votação no Conselho. O Tratado deu mais poderes aos cidadãos da União Europeia para intervirem em diversas áreas políticas de grande importância, tais como liberdade, justiça, segurança (combate ao terrorismo e à criminalidade), política energética, saúde pública, comércio, esportes, turismo, etc.

3. O PROCESSO DE ALARGAMENTO DAS FRONTEIRAS DA UNIÃO EUROPÉIA

A integração econômica e política da Europa constitui um processo contínuo, que combina progressivo aprofundamento interno e sucessivas ampliações (CASELLA, 2004). Estes sucessivos alargamentos a novos Estados-membros são vistos como o instrumento mais eficaz da política externa europeia, promovendo a exportação do modelo de governança da UE para além de suas fronteiras e atuando como força estabilizadora de longo prazo (SIMÃO e RODRIGUES, 2011).

Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010) afirmaram que a intensa concorrência global forçou as empresas a reduzirem custos de produção, deslocando as suas manufaturas para locais de baixo custo de mão de obra como China, México e Leste Europeu.

Já vimos que com a entrada em vigor, no dia 23 de julho de 1952, do Tratado de Paris, assinado pelos seis países fundadores da CECA, muitos historiadores consideram que ali se iniciou o movimento de progressiva aglutinação e cooperação entre as nações europeias.

Somente mais de vinte anos depois, houve a primeira expansão daquele primeiro bloco econômico e político, com a adesão, em 1 de janeiro de 1973, da Irlanda, Dinamarca e Reino Unido. Na verdade, o processo de adesão deste último foi bastante dificultado pela França, sob a presidência do General Charles De Gaulle (1958-1969), que muito desconfiava das intenções pró-europeias do governo inglês. Por duas vezes (em 1962 e 1967), a França recusou o ingresso do Reino Unido no bloco. Foi apenas durante o governo de Georges Pompidou (1969-1974) em que foram retomadas as negociações para a adesão britânica.

No dia 1 de janeiro de 1981, a Comunidade Europeia aceitou a adesão da Grécia como o novo Estado-membro, consolidando o segundo alargamento do bloco. O país já havia solicitado o ingresso em 1975, depois de restaurar suas instituições democráticas, perturbadas pelo período anterior, conhecido por “Regime dos coronéis” (CUNHA, 1998). O Tratado de

Adesão foi assinado em 1979, para entrar em vigor dois anos mais tarde. Escreve GOMES (2009) que “a entrada da Grécia e mais tarde de Espanha, Portugal, que eram vítimas de regimes ditatoriais, é indissociável de grandes mudanças democráticas”.

Com efeito, seguindo os passos da Grécia, igualmente vinda de um regime autoritário, Portugal e Espanha já haviam apresentado seus pedidos de candidatura à Comunidade europeia em março e junho de 1977, respectivamente. Os Tratados de adesão dos dois países foram assinados em 1985 para entrarem em vigor no ano seguinte, elevando para 12 o número de Estados-membros efetivos, formalizando o terceiro processo de alargamento do bloco europeu.

Depois de assinado o Tratado de Maastricht, em fevereiro de 1992, a Áustria e os países escandinavos (Finlândia, Dinamarca e Noruega) iniciaram as negociações para a sua adesão à Comunidade Europeia, para não ficarem à margem daquele movimento histórico. A situação econômica e política daqueles países não suscitou dificuldades na sua aceitação como membros efetivos do bloco. Tanto assim que, já em junho de 1994, foi assinado o correspondente Tratado de Adesão ao bloco, para entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 1995. A Noruega, entretanto, terminou por ficar de fora, em virtude do resultado negativo do referendo a que se submeteu a questão, no país². Com a adesão, assim, de Áustria, Finlândia e Dinamarca, nascia a chamada “Europa dos Quinze”.

Existe um interessante estudo de Carminda Cavaco³ que propõe uma reflexão a respeito dos limites deste alargamento de fronteiras. Entre outras considerações, ela se questiona (CAVACO, 2004):

“Pode a UE alargar-se para lá da Europa cultural e incluir não apenas a Europa central, mas também a Europa oriental, expressão que HUNTINGTON reserva para as regiões que se desenvolveram sob a égide da igreja ortodoxa? Tem sentido, já no século XXI, valorizar uma fronteira de raiz religiosa, que separa dois ramos do próprio cristianismo, organizados por Roma e por Constantinopla, e aceitar a sua afirmação quando diz que *a identificação da Europa com a cristandade ocidental fornece um critério claro para a admissão de novos membros das organizações ocidentais*, considerando desde logo a UE como principal entidade do Ocidente?”.

Em outra parte do artigo, ela questiona se seriam os critérios de admissão à UE predominantemente culturais e econômicos? “Pode a União continuar a alargar-se sem pôr em causa o seu projeto, ou noutros termos, como compatibilizar o alargamento com o aprofundamento da construção europeia?” (CAVACO, 2004). Podem ser igualmente discutidas questões como os motivos internos (razões identitárias, de soberania nacional ou de neutralidade política, ou outras) para que determinado país decida por não admitir sua integração plena na UE. “Ainda que seja possível dizer que estruturas, atores e processos políticos estejam se orientando na direção da União Europeia, a extensão dessa orientação e das adaptações necessárias variou entre os Estados e dentro deles” (JESUS, 2013).

4. A GRANDE ADESÃO DA UNIÃO EUROPÉIA EM 2004

O contínuo desejo das comunidades europeias e de seus governos em ampliar a integração econômica, política e social resultou em um novo alargamento, no ano de 2004, maior que todos os anteriores. A esse respeito, escreve CASELLA (2004):

² O referendo ocorreu em novembro de 1994 e apontou a recusa da integração à União Europeia por 52,4% de votos *não* contra 47,6% de votos *sim*.

³ Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadora do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Portugal.

“A ampliação, em 1º de maio de 2004, é a mais abrangente, para não dizer a mais espetacular até aqui encetada, bastando considerar que todas as anteriores, somadas, agregaram aos seis integrantes originais, desde o início do processo de integração regional, em 1951, outros nove, em sucessivas vagas, nos anos 70, 80 e 90, e, agora, dez países entram de uma só vez. Este avanço da integração regional altera o mapa político, o funcionamento econômico e pode significar maior amplitude na atuação estratégica internacional da Europa em futuro próximo”.

No dia 13 de dezembro de 2002, o Conselho Europeu de Copenhague decidiu que 10 dos países candidatos (Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Checa) poderiam aderir à União Europeia a partir de 1 de maio de 2004, quando se concluiu um longo processo iniciado após a queda do muro de Berlim, em 1989. Com o desmoronamento do bloco comunista, vários países foram apresentando suas candidaturas à União Europeia. As duas ilhas mediterrâneas (Chipre e Malta), por exemplo, formalizaram sua candidatura logo no ano seguinte, em 3 de julho de 1990. As candidaturas à adesão dos três países bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia), dos quais serão tratadas no próximo capítulo, deu-se em outubro, novembro e dezembro, respectivamente, de 1995. Logo depois da proclamação da independência desses três países, foi criada a chamada Assembleia Báltica, organização internacional com o objetivo de promover a cooperação entre os respectivos Parlamentos e integrá-los ao bloco europeu (ROSEVICS, 2013).

A duração das negociações em cada país variou em função dos progressos atingida por cada um deles, cuja evolução era acompanhada por relatórios periódicos elaborados pela Comissão Europeia. Assim, com aquela decisão do Conselho Europeu de Copenhague, os dez países candidatos citados assinaram o Tratado de Adesão no dia 16 de abril de 2003, em Atenas, para a entrada em vigor naquele 1 de maio do ano seguinte.

A enorme adesão coletiva teria sido de 12 (doze) países, pois Bulgária e Romênia só não conseguiram então o seu ingresso como Estados membros efetivos porque ainda não haviam logrado cumprir todos os requisitos para tal, o que foi atingido a partir de 1 de janeiro de 2007. As reformas exigidas foram de ordem política e econômica, como o combate à corrupção (caso da Romênia), fortalecimento dos sistemas administrativo e judicial (caso da Bulgária) e controle de fronteiras (TSF, 2005). O último país a ingressar formalmente ao bloco europeu foi a Croácia, no dia 1 de julho de 2013, oito anos após o pedido de adesão.

No Mapa 1 abaixo, podemos apreciar a evolução do alargamento das fronteiras da União Europeia ao longo de seus mais de 60 anos, desde a primeira ocorrência em 1973, quando o bloco passou dos primeiros seis países para nove.



Fonte: https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/facts/euint/html/ei_002.pt.html

5. ANÁLISE DE DADOS DOS PAÍSES BÁLTICOS

Os relatórios divulgados no “Eurobarometer” são uma publicação oficial da Comissão Europeia, que traz inúmeras pesquisas de opinião em que se busca sondar tendências de comportamento e sentimentos relacionados aos mais diversos temas da convivência em sociedade. Aquelas pesquisas e estudos abordam, desde 1973, os principais temas relativos à cidadania europeia: o alargamento, a situação social, saúde, cultura, tecnologia da informação, meio ambiente, o Euro, defesa, política, grau de confiança nas instituições, etc.

As edições do “Eurobarometer” são publicadas semestralmente, com levantamentos de campo efetuados na Primavera e no Verão de cada ano. Procurou-se extrair de dezoito edições, no período de 2005 a 2013, os dados relacionados à Estônia, Lituânia e Letônia, em comparação com a média observada no total de membros da União Europeia.

Como a intenção do presente estudo é avaliar o progresso das condições locais daqueles países bálticos, no período posterior à data de adesão ao bloco europeu, optou-se por escolher três tipos de pesquisa de opinião, quais sejam:

- 1) Como você julgaria a atual situação econômica de seu país?
- 2) Qual a sua expectativa para a situação econômica de seu país, nos próximos 12 meses?
- 3) Em geral, você se sente satisfeito com a vida que leva?

O resultado desse levantamento encontra-se nas tabelas 1 a 3, a seguir. Podemos verificar, inicialmente, que os três países, embora muito próximos entre si, geográfica e historicamente falando, possuem identidades sensivelmente diferentes, quando comparamos as pesquisas de opinião dos nacionais entrevistados, como veremos pela análise dos levantamentos.

Os resultados obtidos refletem forte influência da grave crise econômica mundial do ano de 2008, em que os problemas enfrentados pelo sistema financeiro norte-americano no mercado de hipotecas imobiliárias se alastraram pelo resto do mundo, provocando considerável recessão nos mercados mundiais. Em meados do segundo semestre daquele ano, o colapso do sistema de crédito interbancário americano se espalhou por todo o sistema financeiro internacional (OREIRO, 2011). Apesar disso, considera-se que a adesão dos países bálticos foi benéfica para o enfrentamento daquela situação adversa, a que foi submetida toda a comunidade internacional, como demonstrado.

Tabela 1 – Como você julgaria a atual situação econômica de seu país?
[How would you judge the current situation of the (*nationality*) economy?]

	2005 (EB 63)		2005 (EB 64)		2006 (EB 65)		2006 (EB 66)		2007 (EB 67)		2007 (EB68)	
	Boa	Ruim	Boa	Ruim								
EE	59	38	-	-	70	28	81	16	81	15	-	-
LT	36	62	-	-	41	53	49	46	33	64	-	-
LV	20	78	-	-	19	78	29	69	22	76	-	-
UE	36	62	-	-	41	56	46	50	52	44	-	-
	2008 (EB 69)		2008 (EB 70)		2009 (EB 71)		2009 (EB 72)		2010 (EB 73)		2010 (EB74)	
	Boa	Ruim	Boa	Ruim								
EE	67	30	28	69	20	79	22	77	26	73	32	66
LT	31	66	15	82	8	91	5	94	5	94	7	93
LV	16	81	7	91	2	97	3	97	4	95	6	93
UE	48	49	29	69	20	78	23	75	22	77	28	70
	2011 (EB 75)		2011 (EB 76)		2012 (EB 77)		2012 (EB 78)		2013 (EB 79)		2013 (EB80)	
	Boa	Ruim	Boa	Ruim								
EE	40	57	33	66	39	59	38	60	41	57	44	54
LT	8	91	12	87	13	86	19	80	29	69	27	70
LV	5	94	9	91	13	86	17	80	20	78	21	77
UE	30	68	28	71	27	71	27	72	26	72	31	68

EE = Estônia; LT = Lituânia; LV = Letônia; UE= União Europeia.

EB XX = Edição nº XX do Eurobarometer.

Tabela 2 – Qual a sua expectativa para a situação econômica de seu país, nos próximos 12 meses?

[What are your expectations for the next twelve months: will the next twelve months be better, worse or the same, when it comes to the economic situation in (your country)?]

	2005 (EB 63)			2005 (EB 64)			2006 (EB 65)			2006 (EB 66)			2007 (EB 67)			2007 (EB 68)		
	Melhor	Igual	Pior															
EE	35	45	14	40	38	13	42	42	9	50	36	6	37	38	19	29	35	32
LT	30	41	23	29	38	26	31	38	22	37	42	16	41	37	15	29	38	27
LV	27	40	26	23	41	30	20	48	24	31	46	17	24	44	27	19	42	33
UE	19	38	37	19	37	39	21	38	35	20	40	35	28	38	27	24	44	26
	2008 (EB 69)			2008 (EB 70)			2009 (EB 71)			2009 (EB 72)			2010 (EB 73)			2010 (EB 74)		
	Melhor	Igual	Pior															
EE	18	33	45	16	26	53	24	30	44	35	36	27	43	37	18	42	33	22
LT	23	32	41	10	24	60	18	32	47	14	28	55	20	46	31	25	45	27
LV	11	39	45	12	35	49	13	28	55	12	37	48	21	54	22	19	47	32
UE	16	33	46	15	29	51	25	36	34	28	37	31	24	35	36	24	41	31
	2011 (EB 75)			2011 (EB 76)			2012 (EB 77)			2012 (EB 78)			2013 (EB 79)			2013 (EB 80)		
	Melhor	Igual	Pior															
EE	44	41	14	29	40	29	32	47	18	29	45	23	29	52	16	30	52	15
LT	23	46	26	20	44	33	21	48	27	25	48	23	30	50	15	24	52	20
LV	19	54	26	22	52	24	27	56	14	26	56	15	26	54	16	22	54	20
UE	23	44	28	16	36	44	19	40	37	17	39	40	18	44	34	21	45	30

EE = Estônia; LT = Lituânia; LV = Letônia; UE = União Europeia.

EB XX = Edição nº XX do Eurobarometer.

A Estônia é o mais setentrional dos países bálticos e se tornou independente da União Soviética em 1991. O idioma falado no país tem grande afinidade com o finlandês, mas quase nenhuma com as línguas dos demais países bálticos (Letônia e Lituânia), e nem com o idioma russo. Sua capital é a cidade de Tallin e a população é estimada em 1,3 milhões de habitantes. A análise dos dados de opinião pública, contidos na Tabela 1, mostra claramente a percepção da crise posterior a 2008. Até o ano anterior, mais de 80% da população achava que a situação econômica do país era boa. A partir de então, já no ano de 2009, apenas 20% dos entrevistados considerava boa a situação econômica local. Entretanto, no período anterior à crise, a parcela dos que consideravam bom o panorama da economia evoluiu desde 59% até 81%, refletindo o acerto das medidas adotadas, na direção das metas assumidas para atender as condições de adesão à União Europeia. A Tabela 2 mostra que em 2006 (dois anos após a adesão à UE), 50% da população achava que a economia melhoraria no ano seguinte.

A partir dos efeitos da crise de 2008, aos poucos o otimismo foi retornando na Estônia, para registrar que no segundo semestre de 2013, para 44 % dos entrevistados a situação econômica do país era boa (Tabela 1) e para mais de 80% a expectativa para o próximo ano era de estabilidade ou de melhora (Tabela 2).

Com aproximadamente 2,3 milhões de habitantes, a Letônia também se tornou independente da União Soviética em 1991. Sua capital Riga é a maior das cidades dos três países bálticos. Ao contrário dos estonianos, os habitantes da Letônia são mais pessimistas em relação à situação econômica. Basta ver, por exemplo, que no ano seguinte ao da mencionada crise mundial, apenas 2% dos entrevistados considerava bom o panorama econômico do país (Tabela 1). Entretanto, o pessimismo dos letões não é tão grande assim, quando se observa que a expectativa para o futuro se aproxima dos demais entrevistados, ao julgar que os próximos 12 meses, a partir de 2013, será igual ou melhor que a então situação atual (Tab. 2). O maior dos países bálticos, em extensão territorial e população, a Lituânia possui cerca de 3,3 milhões de habitantes e se declarou independente da URSS em 1990. Sua capital é a cidade de Vilnius. A análise das Tabelas 1 e 2 permite concluir que o sentimento dos lituanos em relação à sua economia local está bem mais próximo dos letões que dos estonianos. Ainda assim, a população entrevistada dos três países não é tão pessimista quanto ao seu futuro, se comparada à média observada nas pesquisas de opinião do restante da União Europeia.

Destaca-se atentar para um curioso resultado do levantamento realizado em relação à satisfação das pessoas com a própria vida, levando-se em conta todos os fatores (sociais, econômicos, familiares, culturais, etc.), que são apresentados na Tabela 3 a seguir. Não obstante a grave crise econômica que se abateu sobre todo o mundo em 2008, o sentimento de satisfação pessoal não foi significativamente afetado durante o período observado no presente estudo (2004 a 2013). Tal conclusão pôde ser extraída observando-se a pequena variação entre as porcentagens de respostas ao longo daquele período de levantamentos. Por exemplo, o desvio padrão das respostas sobre a situação econômica (Tabela 1) varia entre valores que vão de 8 a 20, ao passo que o mesmo desvio padrão das respostas encontradas na Tabela 3 não chega a 5 (vide Apêndice A).

Por outro lado, observa-se que houve aumento, ainda que discreto, da satisfação com a vida pessoal na população dos três países bálticos estudados, em contraste com ligeira queda nessa porcentagem, na média da União Europeia.

Tabela 3 – Em geral, você se sente satisfeito com a vida que leva?*

[On the whole, are you very satisfied, fairly satisfied, not very satisfied or not at all satisfied with the life you lead?]

	2005 (EB 63)		2005 (EB 64)		2006 (EB 65)		2006 (EB 66)		2007 (EB 67)		2007 (EB68)	
	Sim	Não	Sim	Não								
EE	67	32	71	29	69	30	79	21	78	22	78	22
LT	53	45	58	41	60	40	63	36	65	34	63	36
LV	61	38	61	39	60	40	65	34	63	37	67	33
UE	81	19	80	20	81	19	82	17	80	19	80	20
	2008 (EB 69)		2008 (EB 70)		2009 (EB 71)		2009 (EB 72)		2010 (EB 73)		2010 (EB74)	
	Sim	Não	Sim	Não								
EE	76	24	74	26	73	27	73	27	73	27	72	28
LT	60	39	58	41	57	43	55	45	50	50	56	43
LV	63	37	62	38	54	46	57	43	60	40	58	42
UE	77	22	76	23	77	22	78	22	78	22	78	22
	2011 (EB 75)		2011 (EB 76)		2012 (EB 77)		2012 (EB 78)		2013 (EB 79)		2013 (EB80)	
	Sim	Não	Sim	Não								
EE	71	29	69	31	69	31	70	30	71	29	74	26
LT	56	44	57	42	62	38	64	35	65	34	64	36
LV	60	40	62	38	66	34	66	34	67	33	68	32
UE	79	20	75	24	77	23	76	24	75	25	75	25

EE = Estônia; LT = Lituânia; LV = Letônia; UE= União Europeia.

EB XX = Edição nº XX do Eurobarometer.

(*) sim = soma de muito satisfeito com razoavelmente satisfeito; não = soma de não muito satisfeito com nada satisfeito.

A seguir, a Tabela 4, que foi extraída de um levantamento da Eurostat, mostrando a variação do índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da União Europeia e de outros, candidatos à adesão ao bloco europeu.

Pode-se perceber muito claramente a forte recessão global em 2009, resultado da crise, já várias vezes mencionada. Neste ponto do estudo, pode-se apontar um resultado que reforça significativamente a tese de que os países bálticos que aderiram à União Europeia obtiveram boa vantagem na opção feita. No período de 2010 a 2012, a recuperação econômica daqueles países, mostrada pela variação acumulada do crescimento do PIB, foi sensivelmente superior à que observamos nos países que ainda não fazem parte do bloco.

Tabela 4 – Índice de crescimento do PIB
Variação percentual em relação ao ano anterior

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2010-2012*
EE	8,9	10,1	7,5	-4,2	-14,1	2,6	9,6	3,9	0,8	16,8
LT	7,8	7,8	9,8	2,9	-14,8	1,6	6,0	3,7	3,3	11,6
LV	10,1	11,0	10,0	-2,8	-17,7	-1,3	5,3	5,2	4,1	9,3
IS	7,2	4,7	6,0	1,2	-6,6	-4,1	2,7	1,4	3,3	-0,1
ME	4,2	8,6	10,7	6,9	-5,7	2,5	3,2	-2,5	:	3,1
MK	4,4	5,0	6,1	5,0	-0,9	2,9	2,8 ^(e)	-0,4 ^(p)	3,1 ^(p)	5,3
RS	5,4	3,6	5,4	3,8	-3,5	1,0	1,6	-1,5	2,5 ^(e)	1,0
TR	8,4	6,9	4,7	0,7	-4,8	9,0	-	-	-	-
UE27	2,2	3,4	3,2	0,4	-4,5	2,0	1,7	-0,4	0,1	3,3

(*) variação calculada cumulativamente (como juros compostos)

Países bálticos: EE = Estônia; LT = Lituânia; LV = Letônia.

Países candidatos à UE: IS = Islândia; ME = Montenegro; MK = Macedônia; RS = Sérvia; TR = Turquia.

UE27 = União Europeia (27 países).

- = não disponível; (e) = estimado; (p) = provisório.

Fonte:

Eurostat.

Disponível

em:

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tec00115>

Este resultado pode significar a existência de uma infraestrutura econômica local melhor que a dos demais países e também de um maior apoio da comunidade europeia, na ajuda econômica aos países afetados. Julgo, porém, que essa análise, levando em conta todos os países envolvidos, seria de uma dimensão bem maior que o escopo do presente estudo.

Por fim, apresenta-se na Tabela 5, mais uma pesquisa de opinião, publicada na edição nº 67 do Eurobarometer (primeiro semestre de 2007), que apurou a percepção da população com a situação daqueles dias, em comparação com cinco anos antes. A escolha do ano de 2007 foi motivada por ter sido um ano antes da crise de 2008 e três anos depois da adesão à União Europeia, o que pareceu representativo dos efeitos sobre a população daquela adesão ao bloco.

Tabela 5 – O que você diria se comparasse sua situação atual com 5 anos atrás?

[If you compare your present situation with five years ago, would you say it (*improved / stayed about the same / got worse*)?]

	2007 (EB 67)		
	Melhor	Igual	Pior
Estônia	75	16	8
Lituânia	60	26	13
Letônia	58	23	18
UE27	38	33	28

A análise detida das porcentagens das respostas apresentadas na Tabela 5 nos mostra que, embora haja uma razoável diferença entre as três populações bálticas, todos os resultados permitem concluir pelo acerto daqueles países em aderir ao bloco europeu. No caso da Estônia, por exemplo, apenas 8% das pessoas entrevistadas consideraram que a sua situação pessoal piorou, em cinco anos.

Na Figura 1, apresentamos o mapa político dos três países bálticos, em que se pode observar o curioso enclave russo da província de Kaliningrado, entre a Polônia e a Lituânia, às margens do Mar Báltico.



Figura 1 – Mapa dos países bálticos

Fonte: CIA - Central Intelligence Agency

Disponível em: <http://www.zonu.com/detail/2009-09-18-7065/Mapa-Politico-de-los-Paises-Balticos-1994.html>

6. O CASO DA UCRÂNIA

A denominada “Parceria Oriental” constituiu uma sinalização da União Europeia para o desenvolvimento de relações especialmente próximas com as antigas repúblicas soviéticas, embora sem perspectivas próximas de uma filiação plena ao bloco. No final de novembro de 2013, realizou-se uma reunião de cúpula em Vilnius, capital da Lituânia, então na presidência rotativa da União Europeia, com a participação de seis ex-repúblicas⁴ da União Soviética. Naquela reunião, esperava-se que a Ucrânia formalizasse um Acordo de Adesão ao bloco europeu, que esteve sendo preparado havia sete anos e que deveria constituir a pedra fundamental para a futura integração do país. Entretanto, o então presidente da Ucrânia, Victor Yanukovich, abortou as negociações, curvando-se diante das pressões do governo russo, que ameaçava com sérias restrições comerciais.

Aquele recuo da Ucrânia gerou fortes protestos da população favorável a uma aproximação com a União Europeia, mobilizando violentamente a oposição local, que culminou na destituição do presidente, em fevereiro de 2014, por determinação do Parlamento Ucrainiano. Foi aprovado um governo de coalizão e antecipadas para maio as novas eleições presidenciais.

A instalação de um novo governo ucraniano “pró-Europa” acirrou tensões separatistas na península da Crimeia ao sul do país, de maioria russa, provocando a presença de tropas militares comandadas por Moscou, na região. Um referendo realizado em 16 de março apontou quase 97% de aprovação popular para a anexação da Crimeia à Rússia.

⁴ Do leste europeu: Bielorrússia, Moldávia e Ucrânia; sul do Cáucaso: Armênia, Azerbaijão e Geórgia.

Na realidade o objetivo do governo russo foi manter a Ucrânia controlada pela Federação Russa e, com isso, garantir livre o acesso ao território europeu com vantagens econômicas e políticas (CASSANO, 2014).

A crise na Ucrânia deverá ter ainda muitos desdobramentos, que novamente fogem ao escopo do presente estudo. Contudo, neste caso do antigo Estado soviético demonstra que o processo de alargamento das fronteiras da União Europeia constitui um permanente esforço de entendimento político, econômico e social entre as nações envolvidas, com a necessária participação dos governos, população e instituições, na busca pelo convívio harmônico de toda a região.

7. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Acredita-se que a União Europeia pode ser comparada a um organismo vivo em permanente desenvolvimento. O poderoso bloco europeu teve suas origens logo após o final da Segunda Guerra Mundial, em um acordo entre seis países que desejavam compartilhar vantagens comerciais recíprocas, na área do carvão e do aço. A partir daí, o mundo assistiu a uma contínua sucessão de negociações internacionais, em busca de cooperação mútua nos diversos campos econômicos, políticos e sociais, envolvendo os países da Europa.

Com o fim da denominada “guerra fria”, após a queda do muro de Berlim e do esfacelamento da União Soviética, intensificou-se o processo de alargamento das fronteiras da UE, com a adesão de mais e mais países ao bloco europeu, que atinge hoje o número de 28 (vinte e oito) membros efetivos. Criou-se uma moeda única (o Euro) e uma extensa área de livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, com notáveis benefícios para os Estados-Membros.

Mas o fato determinante desse alargamento das fronteiras teve um componente estratégico relacionado com os efeitos da globalização, a redução dos custos de produção e o consequente aumento da competitividade face à disponibilidade de farta mão de obra barata no Leste Europeu. Com isso a produção europeia conseguiu amenizar o impacto competitivo de países emergentes e garantiu a continuidade da produção local, mesmo com o deslocamento de postos de trabalho para os países integrados mais recentemente.

A análise, em particular, dos três países bálticos que aderiram formalmente à União Europeia em 2004 permitiu concluir pelas vantagens advindas da colaboração recíproca entre os países participantes do bloco econômico. Não somente as pesquisas de opinião efetuadas pela Comissão Europeia e divulgadas nas edições do chamado “Eurobarometer”, mas alguns indicadores econômicos (como a evolução do PIB daqueles países) puderam corroborar a hipótese de que a adesão à UE foi uma decisão acertada dos governos locais.

Um estudo mais aprofundado, que buscasse dados mais atualizados da economia local de cada um dos países, inclusive com o detalhamento do seu comércio exterior, durante um período de tempo apropriado, poderia enriquecer ainda mais o presente estudo. Outra análise, sobre os países que não mais se sentem confortáveis face aos desafios enfrentados e querem deixar a zona do Euro, também tornaria o estudo mais atualizado e completo. Entretanto, tal empreendimento demandaria muito maior esforço e tempo de pesquisa, incompatível com o escopo do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASELLA, Paulo Borba. “Impacto Interno e Internacional da Ampliação da União Europeia”. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2004, v.99.

CASSANO, Francisco Américo. “Os efeitos da crise e a vez do Brasil emergente”. Revista Leituras da História, nº 75, 2014. Disponível em <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/75/artigo327520-1.asp>, acesso em 30/05/2016.

CAVACO, Carminda. “Que fronteiras para a UE?”. Finisterra (Revista Portuguesa de Geografia), v.39, n.78, pp. 5-46, 2004.

CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John R. “Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades”. Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2010.

CUNHA, V. Oliveira e. “A Grécia Moderna – Um exercício de equilíbrio entre o Oriente e o Ocidente”. Millenium on line, n.9, jan. 1998.

CUTILEIRO, J. “O Tratado de Bruxelas de 1948”. Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa, Anuário Janus, 2008.

FEREIRA, Maria J. M. “A nova OTAN?” Jornal de Defesa e Relações Internacionais, Portugal, 2004.

FIGUEIREDO, João Augusto Rodrigues Gomes. “Dinâmicas da Política Externa Russa: as relações com a União Europeia nos mandatos de Putin e Medvedev”, Universidade de Coimbra, Portugal, 2012.

GASPAR, Carlos. “A Aliança Atlântica e o Método dos Alargamentos”. Revista Nação e Defesa, n. 102 – 2ª série, pp. 45-63, 2002, Instituto da Defesa Nacional, Portugal.

GOMES, A. Soares. “O segundo alargamento da União Europeia (1981): Grécia”. 2009.

GOMES, Daniela Siqueira. “A importância Geoestratégica da Lituânia”. Lisboa, 2007.

JESUS, Diego Santos Vieira de. “Folie à vingt-sept: alguns mitos sobre a União Europeia”. Revista de Geopolítica, v. 4, n. 2, p. 46-76, jul./dez. 2013.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. “Economia Internacional: teoria e política”. 8ª ed. Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2010.

MEYER, Arthur V. Corrêa. “A Europa atual: questões de segurança coletiva e integração econômica”, Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, n. 1, Brasília, jan./jun. 1999.

MIELNICZUK, Fabiano. “Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS”. Contexto Internacional, vol. 28, n. 1, Rio de Janeiro, 2006.

OREIRO, J. Luiz. “Origem, causas e impacto da crise”. Jornal “O Valor Econômico”, ed. 13/09/2011.

PAZZINATO, A. Luiz; SENISE, M. H. Valente. História Moderna e Contemporânea. 1ª ed. Editora Ática, São Paulo, 1992.

PEREIRA, Carlos Santos. “A NATO e a Rússia: uma parceria reservada”. Revista Nação e Defesa, n. 126 – 5ª série, pp. 145-170, 2010, Instituto da Defesa Nacional, Portugal.

PIODI, Franco. “Rumo a um Parlamento Único. A influência da Assembleia Comum da CECA sobre os Tratados de Roma.” Parlamento Europeu, 2007.

RESENDE, Paulo Edgar Almeida. “Os dois lados do muro (um pouco de geografia, de história e conjuntura atual)”, Revista USP, São Paulo, n. 84, p. 38-49, dez./fev. 2009 2010.

ROSEVICS, Larissa. “Autonomia dos Países Bálticos: uma questão geopolítica”, Boletim Meridiano 47, vol. 13, n. 131, 2012.

SIMÃO, Licínia; RODRIGUES, Sônia. “A União Europeia entre o alargamento e a vizinhança: os casos dos Balcãs ocidentais e do Cáucaso do sul”. Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), 2011.

TSF Radio Notícias, Lisboa, Portugal, 2005. “Bulgária e Romênia assinam tratado de adesão”. Notícia divulgada no portal, dia 25/04/2005.

SITES VISITADOS

COMISSÃO EUROPEIA. “Standard Eurobarometer”. *EC website, s/d*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_arch_en.htm> (vários acessos)

UNIÃO EUROPEIA. *EU website*: <http://europa.eu/index_pt.htm> (vários acessos)

_____. Alargamento 2004: o desafio acrescido de uma EU a 25. *EU website, s/d*.

Disponível em:

http://europa.eu/legislation_summaries/enlargement/2004_and_2007_enlargement/e50017_pt.htm(acesso em 12/01/2014)

_____. Estatísticas e Sondagens de Opinião. *EU website, s/d*. Disponível em:

<http://europa.eu/publications/statistics/index_pt.htm> (vários acessos)

_____. História da EU. *EU website, s/d*. Disponível em:

<http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm> (acesso em 10/01/2014)

_____. Tratado de Lisboa. *EU website, s/d*. Disponível em:

<http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/democracy/index_pt.htm> (acesso em 12/01/2014)